



Brasília-DF, 30 de julho de 2025



Dentre os representantes da Nova Central, estavam o presidente Moacyr Auersvald; Fanny Melo, diretora suplente da Secretaria da Infância, Adolescência e Juventude da NCST e coordenadora-geral do SINDSEMPMG; Eduardo Maia, secretário-geral da Nova Central e diretor Jurídico do mesmo sindicato; e José Reginaldo Inácio, diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da NCST e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

O encontro teve a presença do presidente do Comitê Econômico-Social Europeu, Oliver Röpke, e do representante de Portugal, Carlos Silva. Também participaram organizações da sociedade civil, como o Rotary e o Instituto de Desenvolvimento Humano (INSER).

Durante a reunião, foi firmado o compromisso das entidades em mobilizar esforços para viabilizar um acordo que assegure o apoio da comunidade europeia às pautas de interesse dos trabalhadores e do movimento social brasileiro.

Os participantes consideraram o encontro altamente produtivo, reforçando o diálogo internacional em defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

Fonte: Agência Sindical

Entidades sindicais brasileiras se reúnem com representantes do Comitê Econômico-Social Europeu



Nesta segunda-feira (28), diversas entidades sindicais e do movimento social brasileiras participaram de um encontro com representantes do Comitê Econômico-Social Europeu, com o objetivo de discutir parcerias e apresentar propostas conjuntas. Estiveram presentes representantes da Nova Central, CESP, CSPB, CNTI, FESERV, Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SINDSEMPMG), Sindilegis e Sinditamaraty, INSER - Instituto de Desenvolvimento Humano e Rotary Club.

Dieese e Centrais cobram justiça tributária



Vem aí a nova edição da Jornada Nacional de Debates, organizada pelo Dieese e Centrais Sindicais. Tema será "Reforma do imposto de renda: um passo para a justiça tributária". Eventos presenciais, entre agosto e setembro, em 17 Capitais. Entrada franca.

A reforma do IR, proposta em PL enviado por Lula, isenta salários até R\$ 5 mil e também propicia descontos nas faixas entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350,00. Por outro lado, o PL aumenta a cobrança de quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês, com alíquota

Brasília-DF, 30 de julho de 2025

mínima de 10% para os super-ricos (renda superior a R\$ 100 mil/mês).

A Agência Sindical ouviu Victor Pagani, Diretor de Relações Sindicais do Dieese e um dos organizadores da Jornada. Ele enfatiza a urgência do tema, visto que o Projeto de Lei 1.087/2025, sob relatoria de Arthur Lira (PP-AL), precisa ser aprovado até o fim deste ano pra vigorar em 2026.

Principais trechos:

Evento – Convido todo o movimento sindical a comparecer aos debates. A Jornada será aberta dia 7 de agosto, em São Paulo. Será no Auditório da Escola Dieese de Ciências do Trabalho (à Rua Aurora, 957, Centro), a partir das 9h30 (confirme presença pelo link). O Dieese fará a apresentação dos aspectos técnicos da reforma do Imposto de Renda, enquanto a defesa política ficará a cargo das Centrais.

Aprovação – A reforma do Imposto de Renda é uma reivindicação histórica do sindicalismo. Esta conquista está próxima, mas ela só será possível com o movimento sindical mobilizando as bases, trazendo esse debate para a sociedade e pressionando o Congresso. A maior dificuldade será garantir a tributação dos super-ricos. É fundamental que essa compensação seja aprovada, pois isso garantirá maior justiça tributária, cobrando mais de quem ganha mais.

Impacto – Se a reforma do IR for aprovada, haverá grande alívio para os trabalhadores. Quem ganha R\$ 5 mil, por exemplo, deixará de pagar R\$ 312,89 por mês, o que resultará num desconto anual de R\$ 4170,82. É praticamente um 14º salário no bolso do trabalhador. E isso voltará pra economia através do aumento do poder de compra, estimulando indústria e comércio.

Justiça – A aprovação da reforma do Imposto de Renda será um grande passo, mas não garantirá justiça tributária plena. Isso porque no Brasil a maior parte dos impostos são sobre consumo, e não sobre renda/patrimônio. A última reforma tributária trouxe avanços nesse sentido, mas ainda não podemos dizer que nosso sistema tributário seja justo e progressivo.

[Conheça a data da Jornada de Debates em cada cidade.](#)

Mais – Site do Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Lula recebe plano de contingência para tarifas impostas pelos EUA

Medida visa proteger empresas brasileiras caso tarifa de 50% seja mantida por Washington.



Haddad afirma que todos os cenários já foram entregues ao presidente, mas decisão depende dos EUA. Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu nesta segunda-feira (28) um plano de contingência preparado por quatro ministérios para enfrentar os impactos da tarifa de 50% anunciada pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A informação foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que reforçou que a prioridade do governo brasileiro segue sendo a negociação.

O plano, elaborado por integrantes da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, das Relações Exteriores e da Casa Civil, foi encaminhado ao presidente enquanto o Brasil ainda aguarda uma posição final do governo norte-americano, que deve confirmar ou rever a imposição tarifária até a próxima sexta-feira (1º).

"Nós nos debruçamos sobre isso hoje. Os cenários possíveis já são de conhecimento do presidente [Lula]. Ainda não tomamos nenhuma decisão, porque nem sabemos qual será a decisão dos Estados Unidos no dia 1º. O importante é que o presidente tem na mão os cenários todos que foram definidos pelos quatro ministérios", declarou Haddad.

Apesar de o plano já estar pronto, o ministro evitou detalhá-lo e insistiu que o Brasil seguirá priorizando a via diplomática. Segundo ele, o governo não pretende abandonar as conversas com os EUA.

"Combinamos de apresentar para ele [Lula] o plano de contingência com todas as possibilidades que estão à disposição do Brasil e dele à frente da Presidência da República. O foco continua sendo as negociações", reforçou o ministro.

Haddad destacou ainda que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, tem conduzido tratativas com o governo norte-americano.

Brasília-DF, 30 de julho de 2025

O diálogo, segundo ele, ocorre de forma reservada, mas constante.

"O foco, por determinação do presidente, é negociar, tentar evitar medidas unilaterais, mas, independentemente da decisão que o governo dos Estados Unidos vai tomar, nós vamos continuar abertos à negociação", afirmou.

Fonte: Congresso em Foco

Lula sanciona lei de incentivo à exportação para pequenas empresas

Medida ocorre às vésperas do tarifaço de Trump, previsto para entrar em vigor no dia 1º.



Valter Campanato / Agência Brasil

O presidente Lula sancionará nesta segunda-feira, 28, às 16h, o Programa Acredita Exportação, iniciativa voltada para a devolução de tributos a micro e pequenas empresas brasileiras que atuam no comércio exterior.

A medida ocorre às vésperas da entrada em vigor do "tarifaço" de Trump, com taxação de 50% sobre os produtos brasileiros anunciada por Donald Trump, que deve entrar em vigor na sexta-feira, 1º.

O programa de incentivo, aprovado por unanimidade pelo Congresso e agora sancionado por Lula, permite que empresas de menor porte, inclusive as inscritas no Simples Nacional, recuperem 3% da receita obtida com exportações. O percentual equivale ao volume estimado de tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, que hoje não é recuperado por esse segmento.

A devolução poderá ocorrer de duas formas:

- Compensação tributária, com abatimento de outros tributos devidos pela empresa;
- Ressarcimento direto, com repasse dos valores ao exportador beneficiado.

Sanção ocorre na semana em que os Estados Unidos devem confirmar sobretaxas contra produtos brasileiros.

A iniciativa também moderniza regimes aduaneiros, como o drawback e o Recof, e suspende a cobrança de PIS/Cofins sobre serviços diretamente relacionados à exportação, como frete e logística internacional.

Medida emergencial

A nova legislação funciona como solução transitória até a implementação plena da reforma tributária, prevista para 2032, que eliminará a cumulatividade de impostos no país.

Até lá, o Acredita Exportação busca corrigir o que o senador Eduardo Braga, relator do projeto e da reforma, classificou como uma "falha histórica" do sistema tributário, que excluía pequenos empreendedores dos mecanismos de recuperação de créditos fiscais.

Segundo Braga, o projeto "valoriza o pequeno exportador brasileiro" e "dá a esse segmento o tratamento justo e necessário para competir no mercado internacional".

Micro e pequenas exportadoras

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MÉs) e empresas de pequeno porte (EPPs) responderam por 40% do total de empresas exportadoras do país em 2024, um total de 11,5 mil empresas entre as 28,8 mil que realizaram vendas internacionais.

Essas empresas movimentaram US\$ 2,6 bilhões em exportações no ano passado, sendo 72,3% delas provenientes da indústria de transformação, o que reforça o papel estratégico desse segmento na pauta exportadora nacional.

Reação estratégica

A sanção da lei ocorre em um momento crítico para o Brasil, que se prepara para enfrentar medidas protecionistas dos Estados Unidos. Embora o projeto tenha sido aprovado antes da retaliação americana, sua promulgação nesta semana sinaliza uma resposta estratégica do governo Lula, voltada para fortalecer o setor exportador de base produtiva menor.

Além disso, a medida amplia a resiliência das micro e pequenas empresas frente à crescente incerteza no comércio internacional e representa um passo importante no esforço de inclusão dos pequenos negócios na política industrial e comercial brasileira.

Fonte: Migalhas

Brasília-DF, 30 de julho de 2025

Pressão de Trump não conseguirá salvar Bolsonaro, aponta pesquisa Quaest

Maioria dos brasileiros acredita que tentativa do presidente dos EUA de intervir na política brasileira para reverter inelegibilidade será inócua



Jair Messias Bolsonaro em julgamento da denúncia do núcleo 1 da trama golpista. (Foto: Antonio Augusto/STF)

A maioria dos brasileiros não acredita que a pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, será suficiente para reverter a inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL). É o que revela a nova pesquisa Genial/Quaest divulgada pela colunista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo.

Segundo o levantamento, realizado entre os dias 10 e 13 de julho com 2.004 entrevistados, 59% dos brasileiros consideram improvável que Trump consiga interferir no processo que retirou Bolsonaro da disputa eleitoral. Apenas 31% acreditam que essa reversão poderia ocorrer.

Mesmo entre os apoiadores do ex-presidente brasileiro, a desconfiança é expressiva: 45% dos eleitores de Bolsonaro afirmam não acreditar que Trump será capaz de tirá-lo da inelegibilidade. Entre os eleitores do presidente Lula (PT), o índice é ainda mais alto — 69% avaliam que a interferência do norte-americano não surtirá efeito.

A descrença generalizada ocorre apesar dos recentes movimentos de Donald Trump em defesa de Bolsonaro. No dia 9 de julho, o presidente dos EUA enviou uma carta oficial ao presidente Lula ameaçando aplicar uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos. Na mesma correspondência, Trump alegava que Bolsonaro estava sendo vítima de perseguição política, justificando a adoção de retaliações comerciais.

Em declarações subsequentes à imprensa, Trump intensificou o tom, classificando o processo contra Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal como uma "caça às bruxas". Ele chegou a enviar uma nova carta ao ex-presidente brasileiro pedindo que os

procedimentos judiciais fossem interrompidos "imediatamente".

Apesar das tentativas do republicano de usar sua posição internacional para pressionar as instituições brasileiras, a percepção majoritária no país é de que Bolsonaro permanecerá inelegível — e que nem mesmo a interferência do presidente dos Estados Unidos conseguirá alterar essa realidade.

Fonte: Brasil247

Ações trabalhistas sobre discriminação crescem 174% em dez anos

Freepik



O número de ações trabalhistas por discriminação subiu de 314, em 2014, para 861 em 2024 (aumento de 174%), segundo levantamento do escritório Trench Rossi Watanabe. O assunto mais comum nos processos é o racismo. Os pedidos de indenização alegam discriminação direta e indireta (quando práticas em tese neutras afetam grupos vulneráveis). As informações foram publicadas pelo jornal Valor Econômico.

As comarcas com maior número de casos distribuídos são São Paulo, Montenegro (RS), Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador. Os setores mais acionados são serviços financeiros, fabricação de alimentos, serviços de saúde, comércio varejista e serviços de apoio a escritório.

Segundo a publicação, a Justiça do Trabalho recebeu, entre 2014 e junho deste ano, quase sete mil processos (6.954) que versam sobre discriminação direta ou indireta. Somados, os valores das causas chegam a R\$ 1,25 bilhão.

De acordo com o escritório que produziu o levantamento, chama a atenção o uso do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial do Conselho Nacional de Justiça. O regulamento norteia como os magistrados devem lidar com práticas racistas em diferentes contextos da Justiça e diferencia as situações de discriminação em diretas e indiretas.

Táisa Kelly Ferreira Cavaco, advogada no Yuri Gallinari Advogados, disse ao jornal que os empregadores costumam ser enquadrados por conta da omissão em relação às práticas racistas nas empresas, "com base na perspectiva institucional e estrutural do racismo".

Fonte: Consultor Jurídico